

HABEAS CORPUS Nº 548.696 - SP (2019/0357227-8)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : SERGIO MARCELO BATISTA
ADVOGADO : SERGIO MARCELO BATISTA - SP301994
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ROSILENE CORREA DIAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **ROSILENE CORREA DIAS**, onde aponta como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das execuções indeferiu o pleito da paciente de retificação do cálculo de suas penas a fim de constar o lapso de 1/8 (um oitavo) para a progressão de regime, conforme previsto no art. 112, § 3º, da Lei de Execução Penal, acrescido pela Lei n. 13.769/2018 (fls. 29-30).

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução perante o eg. Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso, conforme v. acórdão de fls. 31-34, sem ementa.

No presente **mandamus**, aduz que *"o artigo 112, § 3º, da LEP, prevê que no caso de mulher gestante ou mãe ou responsável por criança, os requisitos necessários são: não ter cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa, não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente, ter cumprido ao menos 1/8 da pena no regime anterior, ser primária e ter bom comportamento carcerário, assim como não ter integrado organização criminosa"* (fl. 6).

Assevera que, *"no caso em apreço, conforme os anexos documentos, a Paciente possui uma filha menor impúbere. Também, é de se notar que o crime não foi cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa, tendo em vista que se trata do delito de tráfico ilícito de entorpecentes, segundo entendimento pacificado nesta E. Corte"* (fls. 6-7).

Superior Tribunal de Justiça

Argumenta, ainda, que, "*ao contrário do afirmado pelo E. TJSP, o crime não foi cometido contra o próprio filho*" (fl. 7).

Requer, por fim, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, com "*imediata determinação de progressão de regime da paciente, nos termos do artigo 112, § 3º, da LEP, para que seja imediatamente colocada no regime mais brando*" (fl. 10).

É o relatório.

Decido.

Na hipótese, ao menos **em sede de cognição sumária**, verifica-se que o pedido liminar tem caráter eminentemente satisfativo, devendo ser oportunamente analisado, após devida instrução dos autos.

Por este motivo, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada por coatora e ao d. Juízo das Execuções.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator